



ESTADO DO PIAUÍ
Assembleia Legislativa

VIA DA ALEPI

ÁL-P-(SGM) Nº 275/2022

Teresina (PI), 31 de agosto de 2022.

www.protocolo.pi.gov.br
AP.010.1.002984/22
Senha: 2157506

Excelentíssima Senhora
MARIA REGINA SOUSA
Digníssima Governadora do Estado do Piauí
Palácio de Karnak
NESTA CAPITAL

Senhora Governadora,


Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar-lhe, devidamente aprovado pelo Poder Legislativo, o anexo **Projeto de Lei(*)** de autoria do **Poder Executivo**, que:

“Altera a Lei nº 5.361, de 29 de dezembro de 2003”.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de especial consideração e elevado apreço.

Dep.  **THEMÍSTOCLES FILHO**
Presidente

(*) Mídia eletrônica do autógrafo do projeto encaminhada ao Poder Executivo.

DO GAB. DO GOVERNADOR
RECEBI em 31/08/22 às 12:12h

Responsável



ESTADO DO PIAUÍ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

LEI N°

DE

DE

DE 2022

Altera a Lei nº 5.361, de 29 de dezembro de 2003.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 5.361, de 29 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA-PI, criado pela Lei Complementar nº 28, de 09 de junho de 2003, é um órgão deliberativo de caráter permanente e de âmbito estadual, integrante da estrutura básica da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos – SASC, e tem como objetivo propor as diretrizes da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, que configuram a alimentação como parte integrante do direito de cada cidadão.” (NR)

“Art. 2º.....

I - propor, considerando as deliberações da Conferência Estadual de Segurança Alimentar, as diretrizes da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, de conformidade com as diretrizes nacionais, a serem implementadas pela Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos – SASC, através da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN-PI, e pelos demais órgãos e entidades executores dessa política;

IX - convocar a Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, com periodicidade não superior a quatro anos;

.....” (NR)

“Art. 3º O CONSEA-PI será composto por 30 (trinta) membros e seus respectivos suplentes com direito a voz e voto, sendo 10 (dez) representantes de instituições governamentais e 20 (vinte) representantes de entidades da sociedade civil, assim definidos:

I - 1 (um) representante da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos - SASC;

II - 1 (um) representante da Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SAF);

III - 1 (um) representante da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC);

IV - 1 (um) representante da Secretaria de Estado da Saúde (SESAPI);

V - 1 (um) representante da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMAR);

VI - 1 (um) representante da Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN);

VII - 1 (um) representante da Agência de defesa Agropecuária do Estado do Piauí (ADAPI);

VIII - 1 (um) representante do Instituto de Assistência Técnica de Extensão Rural do Piauí (EMATER);



ESTADO DO PIAUÍ

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

- IX - 1 (um) representante da Universidade Federal do Piauí (UFPI);
X - 1 (um) representante da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB);
XI - 2 (dois) representantes dos Povos e Comunidades Tradicionais;
XII - 2 (dois) representantes de Entidades Sindicais;
XIII - 3 (três) representantes de Entidades Profissionais;
XIV - 2 (dois) representantes do Segmento Religioso;
XV - 2 (dois) representantes de Cooperativas;
XVI - 1 (um) representante do Movimento de Pessoas em Situação de Rua;
XVII - 3 (três) representantes do Movimento de Agricultores Familiares e Extrativistas;
XVIII - 2 (dois) representantes do Movimento de Produção Agroecológica e Orgânica;
XIX - 2 (dois) representantes do Semiárido Piauiense;
XX - 2 (dois) representantes das Necessidades e Situações Alimentares Especiais.

§ 1º A Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos - SASC, no prazo 45 (quarenta e cinco) dias após o resultado da eleição do CONSEA/PI, encaminhará os nomes dos representantes governamentais, como seus respectivos suplentes, bem como os nomes dos 20 (vinte) representantes da sociedade civil, para designação pelo Governador do Estado do Piauí.

§ 2º Os representantes da sociedade civil terão mandato de dois anos, permitida a recondução.

§ 5º Os representantes da sociedade civil serão escolhidos conforme critérios de indicação estabelecidos pela Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.

§ 8º Poderão compor o CONSEA-PI, na qualidade de observadores, representantes da sociedade civil afetos à área de Segurança Alimentar e Nutricional, indicados pelos titulares das instituições que o representam, com direito a voz e sem direito a voto, mediante convite formulado pelo presidente do CONSEA-PI.

.....” (NR)

“Art. 4º O CONSEA-PI será presidido por um representante da sociedade civil, indicado pelo Conselho, entre seus membros, e designado pelo(a) Governador(a) do Estado do Piauí.

Parágrafo único. No prazo de 15 (quinze) dias, após a designação dos conselheiros, o Secretário Geral convocará reunião, durante a qual será indicado o novo Presidente do CONSEA-PI.” (NR)

“Art. 5º

- I - Plenário;
II - Secretaria Geral;
III - Secretaria Executiva;
IV - Comissões Temáticas.

§ 1º

§ 2º O Secretário-Geral do CONSEA-PI será um representante de instituição governamental, indicado pelo Conselho, entre seus membros, e designado pelo(a) Governador(a) do Estado do Piauí.” (NR)



ESTADO DO PIAUÍ

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

“Art. 6º O suporte técnico-administrativo, bem como as despesas necessárias à instalação e manutenção do CONSEA-PI, correrão à conta da dotação específica da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos – SASC, sem prejuízo da colaboração de outros órgãos e entidades públicas ou privadas.”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de publicação.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELA, em Teresina (PI), 30 de agosto de 2022.

Dep.  **THEMÍSTOCLES FILHO**
Presidente



LEI Nº 5.361, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2003

Dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Piauí e dá outras providências.

PUBLICADO NO DOE Nº 248, DE 30.12.2003

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ,

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Art.1º. O Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA-PI, criado pela Lei Complementar nº 028, de 09.06.2003, é um órgão deliberativo de caráter permanente e de âmbito estadual, integrante da estrutura básica da Coordenadoria Estadual de Segurança Alimentar e Erradicação da Fome, e tem como objetivo propor as diretrizes da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, que configuram a alimentação como parte integrante do direito de cada cidadão.

SEÇÃO I

DAS COMPETÊNCIAS

Art.2º. Compete ao Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA-PI:

I. Propor as diretrizes da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, com base nas diretrizes nacionais, a serem implementados pela Coordenadoria Estadual de Segurança Alimentar e Erradicação da Fome e pelos demais órgãos e entidades executores dessa política;

II. Propor, acompanhar e avaliar os projetos e ações prioritárias da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional a serem incluídos no Plano Plurianual (PPA) do Governo do Estado;

III. Propor a realização de estudos, pesquisas e debates relacionados à questão da segurança alimentar e nutricional;

IV. Propor as formas de articulação e mobilização da sociedade civil organizada, no âmbito da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, estabelecendo indicações de prioridade;

V. Assessorar os municípios no processo de implantação e funcionamento de Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, com os quais manterá estreitas relações de cooperação, especialmente em relação às ações definidas como prioritárias no âmbito da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional;

VI. Estabelecer critérios para execução de ações emergenciais de combate à fome;

VII. Elaborar e aprovar seu Regimento Interno, revogá-lo ou alterá-lo, ajustando-o às necessidades de atualização da política de segurança alimentar;

VIII. Criar câmaras temáticas permanentes, cuja função será a de preparar propostas a serem apreciadas pelo Conselho e instituir grupos de trabalho, de caráter temporário, para estudar e propor medidas específicas.

SEÇÃO II DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º. O Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA-PI será composto por 42 (quarenta e dois) membros e seus respectivos suplentes, com direito a voz e voto, sendo 14 (quatorze) representantes de instituições governamentais e 28 (vinte e oito) representantes da sociedade civil, assim definidos:

- 20
- I. Um representante da Coordenadoria Estadual de Segurança Alimentar e Erradicação da Fome;
 - II. Um representante da Secretaria Estadual do Desenvolvimento Rural;
 - III. Um representante da Secretaria Estadual de Agronegócios;
 - IV. Um representante da Secretaria Estadual da Educação e Cultura;
 - V. Um representante da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos;
 - VI. Um representante da Secretaria Estadual do Planejamento;
 - VII. Um representante da Secretaria Estadual da Saúde;
 - VIII. Um representante da Secretaria da Assistência Social e Cidadania;
 - IX. Um representante da Secretaria Estadual do Trabalho e Geração de Renda;
 - X. Um representante da Secretaria Estadual das Cidades;
 - XI. Um representante do Programa Permanente de Convivência com o Semi-Árido;
 - XII. Um representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA Meio Norte;
 - XIII. Um representante de Universidades Públicas;
 - XIV. Um representante da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB;
 - XV. Um representante das entidades de Defesa dos Direitos Humanos;
 - XVI. Um representante de associação de Administradores Municipais;
 - XVII. Um representante do segmento de rádios comunitárias;
 - XVIII. Um representante do segmento de empresas de Comunicação;
 - XIX. Um representante do segmento de Associação Comercial;
 - XX. Um representante do segmento de Associação Industrial;
 - XXI. Dois representantes das entidades de Defesa e Preservação do Meio Ambiente;
 - XXII. Quatro representantes do segmento de Cooperativas;
 - XXIII. Quatro representantes do Movimento Popular;
 - XXIV. Quatro representantes de Entidades Profissionais;
 - XXV. Quatro representantes dos Segmentos Religiosos;
 - XXVI. Quatro representantes de Entidades Sindicais de Trabalhadores;

AC + 6 § 1º. A Coordenadoria Estadual de Segurança Alimentar e Erradicação da Fome, no prazo de quinze dias após a publicação desta Lei, encaminhará os nomes dos representantes e seus respectivos suplentes das instituições enumeradas no **caput** deste artigo para designação pelo Governador do Estado. SASC.

§ 2º. Os membros do Conselho, bem como o seu Presidente, o qual será eleito dentre estes, serão designados pelo Governador do Estado. MODIFICADO 2 ANOS

§ 3º. Na primeira composição do CONSEA-PI, o mandato dos conselheiros será de um ano, permitindo-se a recondução, ficando o mandato posterior a ser definido pelo Conselho.

§ 4º. Os representantes das organizações governamentais terão preferencialmente como conselheiro titular o Secretário ou dirigente do órgão e como suplente um representante do respectivo órgão, por ele indicado. EXCLUSÃO COMPLETA

§ 5º. Os representantes da sociedade civil indicados como conselheiros serão escolhidos pela entidade que representam, em reunião realizada especificamente para este fim.

§ 6º. Para cada conselheiro titular haverá um suplente, que o substituirá em suas faltas, ausências e impedimentos.



LEI Nº 5.361, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2003

§ 7º. O exercício da função de conselheiro não será remunerado, sendo considerado serviço público relevante prestado ao Estado.

§ 8º. Integrarão também o CONSEA-PI, como conselheiros convidados, na condição de observadores com direito a voz e sem direito a voto, três representantes da sociedade civil com relevantes serviços prestados e dez representantes de órgãos ou entidades vinculadas direta ou indiretamente à área de segurança alimentar, cujos nomes serão encaminhados pela Coordenadoria Estadual de Segurança Alimentar e Erradicação da Fome, no prazo de 15 (quinze) dias da publicação desta Lei, para designação pelo Governador do Estado.

§ 9º. Os Conselheiros serão excluídos do CONSEA-PI e substituídos pelos respectivos suplentes quando:

- a) desvincularem-se do órgão de origem de sua representação;
- b) faltarem três reuniões ordinárias consecutivas ou cinco intercaladas, sem justificativa, por escrito, no período de um ano;
- c) apresentarem renúncia ao plenário do Conselho;
- d) perderem seu mandato nos termos previstos no Regimento Interno do Conselho;

§ 10º. A substituição necessária dar-se-á por deliberação da maioria simples dos componentes do Conselho, em procedimento iniciado mediante provocação de integrante do CONSEA-PI ou de qualquer cidadão, assegurada a ampla defesa.

Art. 4º. O Presidente do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA/PI, será escolhido pelos membros efetivos do Conselho, na primeira reunião após sua instalação.

SEÇÃO III DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

Art. 5º. O CONSEA-PI terá funcionamento regulamentado por esta Lei, possuindo a seguinte estrutura, cujas atribuições serão definidas em seu Regimento Interno:

- I. Plenária;
- II. Mesa Diretora;
- III. Secretaria Executiva;
- IV. Tesouraria;
- V. Câmaras Temáticas.

Parágrafo Único – As sessões plenárias serão realizadas ordinariamente a cada mês ou, extraordinariamente, quando convocadas pelo Presidente ou por requerimento de um terço dos seus membros.

Art. 6º. O suporte técnico-administrativo, bem como as despesas necessárias à instalação e manutenção do CONSEA-PI, correrão à conta do Tesouro Estadual, através da Coordenaria Estadual de Segurança Alimentar e Erradicação da Fome, sem prejuízo da colaboração de outros órgãos e entidades públicas ou privadas.

Art. 7º. Os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual prestarão ao CONSEA-PI o assessoramento necessário à execução dos seus objetivos.

Art. 8º. Poderão ser convidados a participar das reuniões do CONSEA/PI, sem direito a voto, outros representantes de órgãos públicos ou da sociedade civil, sempre que da pauta constarem assuntos de sua área de atuação;

Art. 9º. O CONSEA-PI elaborará seu Regimento Interno no prazo de trinta dias após a publicação desta Lei.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina(PI), 29 de dezembro de 2003.

GOVERNADOR DO ESTADO